EDITAL Nº 1, DE 28 DE JUNHO DE 2023
CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)

História do Brasil

Questão 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1 e Q 2. Deve-se iniciar fazendo uma breve contextualização da Crise de 1929, focada nos impactos para o Brasil. A queda do nível de atividade na economia mundial fez os preços do café caírem consideravelmente no final de 1929, contribuindo para uma grande redução das exportações brasileiras (o café correspondia a cerca de 70% do total). Além disso, também colaborou para essa redução a adoção de políticas alfandegárias protecionistas pelos principais parceiros comerciais do Brasil.

Q 3. É necessário abordar a ruptura de Washington Luís com Minas Gerais e a formação de um grupo de oposição intitulado Aliança Liberal, que era composto por forças regionais não associadas ao café. A Aliança Liberal lançou Getúlio Vargas (Rio Grande do Sul) e João Pessoa (Paraíba) na chapa para a Presidência, mas Júlio Prestes venceu o pleito. Com isso, iniciou-se uma movimentação militar da Aliança Liberal, cujo estopim foi o assassinato de João Pessoa em julho de 1930. Em novembro, a Junta Governativa Provisória entregou o poder a Getúlio Vargas.

Q 4. No final de 1931, a responsabilidade pela política cafeeira passou das instituições paulistas para o Departamento Nacional de Café, e o governo passou a adquirir safras de café como tentativa de elevar os preços (30% para estocagem, 30% para exportações e 40% para a chamada "quota de sacrifício"). Também foram aprovadas alterações na política cambial brasileira, com diferenciação para os produtos tradicionais, como o café, e para os não tradicionais.

Q 5. O comércio do Brasil com a Alemanha expandiu-se na década de 1930. O comércio bilateral, com base em acordos de compensação, era conduzido tendo como meta o equilíbrio entre o valor das exportações brasileiras para a Alemanha e o valor das importações brasileiras da Alemanha. Ademais, a modalidade permitia um controle do mercado interno, de modo que não fosse ameaçado com mercadorias alemãs concorrentes. Com a abordagem, as importações alemãs tornaram-se mais atraentes, e a participação do país nas exportações totais brasileiras subiu. Por fim, a prática também autorizava a assinatura de contratos para o fornecimento de material bélico.

Q 6. Com o advento do Estado Novo, em 1937, algumas questões despertaram apreensão em Washington, em um primeiro momento, notadamente a simpatia de Vargas pelos regimes totalitários europeus, o crescimento do comércio bilateral entre Brasil e Alemanha e a aproximação dos dois países no tocante ao comércio de armamentos. Contudo, o governo brasileiro manteve-se em "equidistância pragmática" entre os Estados Unidos da América (EUA) e a Alemanha, para viabilizar acordos econômicos com os dois lados. Outro ponto que contribuiu para as relações do Brasil com os EUA melhorarem foi a presença de Oswaldo Aranha, respeitado no país norte-americano, à frente do Ministério das Relações Exteriores.

Q 7 e Q 8. No início das hostilidades, o governo brasileiro declarou neutralidade. No que se refere às relações comerciais, as importações e exportações alemãs sofreram declínio e houve aumento no intercâmbio comercial com os EUA e a Grã-Bretanha. A retração da presença comercial da Alemanha levou o Brasil a afastar-se da equidistância entre o final de 1941 e o início de 1942, substituindo pelo alinhamento com os EUA, que passaram a fazer concessões para obter a colaboração brasileira. Ademais, o ataque a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, provocou reprovação da opinião nacional, contribuindo para a mudança de posicionamento. Em janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo.

Q 9. Os EUA, por meio da política da boa vizinhança e da retórica pan-americanista do governo Roosevelt, buscavam ampliar sua zona de influência na América Latina. O Brasil ocupava posição estratégica no sistema defensivo, e Getúlio Vargas pediu o fornecimento de recursos e tecnologia para a construção de uma usina siderúrgica como contrapartida da cooperação. As negociações foram difíceis e, em setembro de 1940, foi firmado o acordo.

Q 10. Quando a guerra se encaminhava para o estágio final com a derrota do Eixo, começou a ficar claro que o Estado Novo também não sobreviveria por muito tempo. Após a entrada na guerra, personalidades de oposição começaram a se manifestar a respeito da contradição entre o apoio brasileiro às democracias aliadas e à ditadura de Vargas. O governo justificava a ditadura pelo contexto de guerra, mas, ao mesmo tempo, prometia a transição para um regime constitucional quando o conflito acabasse. Após pressão interna, foi agendada a data das eleições para dezembro, mas, em outubro, Getúlio foi forçado a renunciar após um imbróglio relacionado à indicação do irmão para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2011.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Angela de Castro (org.). *História do Brasil Nação*: 1808-2010. V. 4. Olhando para Dentro: 1930-1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Quesitos de pontuação

Q 1. Contextualização da Crise de 1929 e os impactos no Brasil.

Q 2. Apresentação dos problemas com a queda dos preços do café e a redução das exportações brasileiras.

Q 3. Apresentação de aspectos que levaram à ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930.

Q 4. Apresentação de políticas econômicas de combate à Grande Depressão na década de 1930.

Q 5. Explicação a respeito da política de comércio de compensação com a Alemanha na década de 1930.

Q 6. Explicação acerca da "equidistância pragmática", da política externa brasileira concernente aos Estados Unidos da América (EUA) e à Alemanha nos anos de 1930.

Q 7. Apresentação do posicionamento brasileiro frente à Segunda Guerra Mundial.

Q 8. Explicação quanto ao alinhamento com os Aliados e ao rompimento de relações diplomáticas e comerciais com o Eixo.

Q 9. Apresentação das negociações entre Brasil e EUA para a construção de uma usina siderúrgica em solo brasileiro.

Q 10. Indicação de causas para a queda de Getúlio Vargas em 1945.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)

História do Brasil

Questão 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1. Inicialmente, espera-se que o candidato destaque que o Primeiro Reinado deve ser examinado além da cronologia tradicional estrita, considerando que o período foi marcado pela convivência de paradigmas ainda ligados às práticas de poder do Antigo Regime e às ideias liberais tidas como modernas. Um exemplo concreto, entre outros, das consequências desse paradigma está na relação entre as novidades introduzidas pelo movimento constitucional de 1820 e a configuração do poder provincial em bases tradicionais.

Q 2. Espera-se dos candidatos que tratem dos mecanismos político-institucionais e legais que estiveram em voga no período, relacionando as discussões acerca da soberania, da liberdade e da autonomia às experiências parlamentares iberoamericanas, à Assembleia Constituinte e à Constituição de 1824.

Q 3. O tema da Constituição de 1824 abre a discussão a respeito da dinâmica entre os poderes políticos soberanos e a construção da nação, mas não somente. Cabe destacar a importância do tema da soberania nas relações internacionais e na economia. Em ambos os casos, deve ser enfatizado o conjunto de interesses, sobretudo do comércio do Rio de Janeiro, voltados para a autonomia do Brasil.

Q 4. É necessário estabelecer uma divisão entre as fases políticas do Primeiro Reinado. Inicialmente, cumpre apresentar o momento do triunfo do constitucionalismo, as circunstâncias da Guerra da Cisplatina e da celebração do Tratado de Paz e Amizade e, por outro lado, as tensões despertadas pelas reivindicações de livres pobres, escravizados e libertos no âmbito dos debates relacionadas à cidadania.

Q 5. É preciso, ainda, considerar o período inaugurado em 1826, com a reabertura da Assembleia Geral, as intensas discussões em relação à imprensa e às reformas da Justiça. No caso da imprensa, é indispensável observar que a circulação de notícias por intermédio de panfletos e jornais permite inferir a participação popular nos processos políticos em questão, e, ao mesmo tempo, sublinhar as discussões em torno do projeto referente ao abuso de liberdade de imprensa proposto por Gonçalves Ledo.

Q 6. É fundamental estabelecer relações entre os processos jurídicos e políticos por meio da construção do projeto referente aos juízes de paz, tendo em vista sua forte repercussão. Os candidatos devem comentar as atribuições dos magistrados e considerá-las à luz das dinâmicas municipais. Também cabe mencionar as tentativas realizadas pelo Senado de regulamentar as câmaras municipais, com consequências para o arranjo administrativo imperial.

Q 7. É também necessário mencionar as disputas entre o governo e a Câmara dos Deputados, com a pauta da criação de um sistema monárquico parlamentar, entre as posições do imperador e as do grupo de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Q 8. O tema das revoltas do final da década de 1830 deve ser comentado, sobretudo a partir da situação das províncias, como Pernambuco e Bahia, que permite pensar as repercussões de decisões políticas tomadas no Rio de Janeiro e as características específicas daquelas regiões.

Q 9. O encerramento da questão deve ser encaminhado com a discussão baseada no processo eleitoral, notadamente a partir do impacto da escolha de juízes de paz.

Q 10. Por fim, espera-se uma reflexão acerca dos movimentos de tropas e do "povo", no contexto das manifestações contrárias ao governo e favoráveis a uma nova distribuição do poder político.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão *In*: SALLES, Ricardo Henrique; GRINBERG,

Keila (orgs.). *O Brasil Imperial*: volume I (1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 139-173.

BERBEL, Márcia Regina. A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). *Revista de Índias*, vol. LXVIII, n. 242, pp. 225-254.

FERNANDES, Renata Silva. *Um governo por conselhos*: as províncias e o Império do Brasil. Curitiba: Appris, 2021.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)

História do Brasil

Questão 3

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir:

Q 1. Do ponto de vista político e institucional, o candidato poderá iniciar a resposta utilizando os anos do governo Ernesto Geisel (1975 – 1979) como o período inicial de abertura "lenta, gradual e segura" do regime civil-militar. Poderá tratar acerca das contradições desse período marcado, por um lado, por um compromisso com a abertura e, por outro, com a manutenção de práticas autoritárias em defesa da permanência dos militares no poder.

Q 2. A literatura relativa ao tema tem reiterado o caráter mais conservador do processo de redemocratização do Brasil, quando comparado ao de outros países. O candidato poderá referir-se a como a transição foi negociada internamente com a finalidade de evitar que os sujeitos envolvidos em crimes contra os direitos humanos fossem julgados e presos.

Q 3. O candidato poderá expor os impactos do fim dos Atos Institucionais para o processo de abertura política a partir de 1979, bem como os efeitos da legislação produzida no governo Geisel, em especial a Lei Falcão (1976) e os Pacotes de Abril (1977) no sentido de apresentar o papel dos militares na condução do processo de transição para a democracia. Outra questão importante a ser explorada é o fim do bipartidarismo no Brasil (1979) e a formação de novos partidos políticos, além da coalizão de forças, construída para que o processo de abertura política se concretizasse.

Q 4. O período da redemocratização marcou também outro entendimento em relação à democracia. Para os envolvidos nas organizações da sociedade civil e nos novos partidos políticos, a democracia foi entendida como a ampliação da participação do indivíduo na vida pública do País, ou seja, em um exercício ampliado da cidadania.

Q 5. O candidato poderá tratar do contexto mais amplo da chamada "década perdida" em que, no Brasil, os elevados índices de inflação e o aumento do custo de vida contribuíram para a ocorrência de perdas salariais reais para os trabalhadores brasileiros desde a segunda crise do petróleo em 1979.

Q 6. Além disso, outro aspecto a ser destacado é o das mobilizações dos movimentos sociais nos anos de 1980, como as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista e o movimento pelas "Diretas Já", assim como as relações desses movimentos com o processo político em andamento.

Q 7. O candidato deverá tratar dos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1987 e da mobilização de amplos setores da sociedade civil e dos movimentos sociais em prol da elaboração de uma nova Constituição. Destaca-se o papel de lideranças do movimento negro e indígena na elaboração do documento.

Q 8. É importante atentar para o processo eleitoral que elegeu Tancredo Neves, que não assumiu a Presidência, e a condução política conservadora da abertura para a democracia no governo de José Sarney (1985 – 1990).

Q 9. Ademais, a literatura ressalta que um dos maiores desafios da redemocratização seria o de enfrentar a instabilidade econômica, impulsionada desde o colapso do chamado "milagre econômico" e aprofundada pela segunda crise do petróleo. Além disso, atenta-se para uma maior adesão às ideias do neoliberalismo após o consenso de Washington.

Q 10. No que tange à Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, é importante considerar o caráter do documento. Nela, há dispositivos e leis que contemplam uma gama variada de assuntos, destacando-se sua preocupação com os direitos sociais e civis. Há também uma preocupação com as instituições e o peso dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A tortura e o racismo foram configurados como crimes inafiançáveis.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SCHWARCZ, Lilia M. (coord.). *Coleção História do Brasil Nação, 1808 – 1810*. V. 5. Modernização, ditadura e democracia, 1964 – 2010. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundação Mapfre, 2014.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)

História do Brasil

Questão 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q 1. Realize um balanço historiográfico acerca do período, comtemplando as categorias de ruptura e continuidade como chaves interpretativas importantes para compreender o processo de independência, rejeitando, assim, tanto perspectivas que ressaltem apenas o seu conservadorismo, obscurecendo a agência de diferentes atores políticos e projetos divergentes (tal como a influência das ideias liberais e revolucionárias que circulavam no mundo atlântico à época), quanto àquelas que sobrevalorizam, em chave nacionalista e ufanista, a ruptura nacional e a anterioridade e precocidade da identidade nacional brasileira.

Q 2. A influência do reformismo ilustrado e do ambiente revolucionário da segunda metade do século XVIII para a formação de elites coloniais a um só tempo, alinhadas aos objetivos reformistas da Coroa portuguesa, mas também ocupadas progressivamente com ideias de liberdade comercial e fiscal e autonomia político-administrativa.

Q 3. A interiorização da metrópole e o impacto da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, considerando a importância de eventos que alteraram o estatuto colonial do Brasil antes mesmo de 1822, como a abertura dos portos (1808) e a elevação à categoria de Reino Unido.

Q 4. A conjuntura revolucionária e liberal da virada dos séculos XVIII e XIX e os impactos da circulação de suas ideias relacionados ao Brasil, suas elites e grupos subalternizados, tendo em vista eventos como a independência das Treze Colônias na América do Norte e a Revolução do Haiti.

Q 5. As diversidades regionais e os diferentes interesses e projetos de poder presentes nas capitanias e que, muitas vezes, entraram em choque contra as intenções da Corte do Rio de Janeiro, considerando, especialmente, o ocorrido em Pernambuco à época de 1817 a 1824.

Q 6. A recepção e as consequências da Revolução do Porto sobre a América portuguesa, a crítica ao absolutismo e a crise das identidades da Nação portuguesa no contexto das Cortes de Lisboa.

Q 7. A construção do projeto de independência sob a liderança das elites do Centro-Sul e com a chancela do príncipe-regente dom Pedro.

Q 8. As complexidades históricas da participação popular no processo de independência, a cidadania restrita na sociedade escravista e o medo das elites pela haitianização do Brasil.

Q 9. As guerras de independência contra as Cortes de Lisboa e as adesões progressivas ao projeto de separação liderado pelas províncias do Centro-Sul.

Q 10. As bases do pacto político e constitucional acertado entre dom Pedro e as elites da antiga América portuguesa e sua crise em 1824.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BARMAN, Roderick. *Brazil: the forging of a nation*, 1798-1852. Stanford: Stanford University, 1988.

BERNADES, Denis. *O patriotismo constitucional:* Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem:* a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, Marcos Joaquim. *Liberdade:* rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850). 2. ed. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2005.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial. Vol. 1808-1831*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LEAL, Bruno; CHAVES, José Inaldo (orgs.). *As várias faces da Independência*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*: a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 2017.

MELLO, Evaldo Cabral. *A outra independência:* o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2014.

NEVES, Lucia Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais:* a cultura política da Independência (1820-11822). Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.